

Movimentos sociais da Bolívia

Carlos Cortez Romero¹

Resumo

Os movimentos sociais são sistemas organizativos de participação social, de elaboração de discursos identitários e de formulação de propostas capazes de afetar as estruturas institucionais dos Estados. Podem ser vistos, nessa perspectiva, como atores coletivos plurais, conformados por uma variedade de organizações dotadas de interesses particulares e voltados à definição de objetivos comuns, mudanças sociais, culturais ou políticas que possibilitem o reconhecimento de seus interesses. Tais movimentos, entre outros, têm como objetivo reivindicar às autoridades políticas do Estado a promoção de mudanças em determinadas políticas públicas, tratando-se, nesse caso, de movimentos sociopolíticos estruturais que visam à modificação de aspectos pontuais da normativa estatal ou buscam assumir o controle do Estado para promover uma nova ordem nesse âmbito. Este último é vivenciado pela experiência dos movimentos sociais da Bolívia e se expressa pela vitória de Evo Morales naquele país. O presente artigo trata dessa história, destacando o papel da educação na formação intelectual das lideranças dos movimentos sociais indígenas, seus principais protagonistas.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Educação. Mudança social.

Abstract

The social movements are organized systems of social participation, identity discourse elaboration and prescription of proposals able to affect the institutional structure of the State. In that aspect, we can see the social movements as collective plural actors formed by a variety of organizations with particular interests, which propose common aims, and cultural social political changes that make possible the recognition of their interests. The social movements, among other features, have as objects of demand for the political authorities of the State to promote changes in specific public politics. They are social political structural movements that aim to modify the sharpen aspects of the state's model or, that seek to assume the control of the State to promote a new order. This last topic has been lived through the experience of social movements from Bolivia and it is expressed by Evo Morales victory in Bolivia. This article is about this history and it underlines the role of the education in the intellectual development of the leaders in the indigenous social movements, main protagonist of the social movements.

Keywords: Social movements. Education. Social changes.

1 Professor Adjunto da FAGED/UFJF. Membro do Núcleo de Educação, Trabalho e Tecnologia (NETTEC/UFJF). (cortezc@uol.com.br)

Após vinte anos de Globalização, Neoliberalismo e Democracia de Pactos, o povo boliviano pode constatar o fracasso dos Planos de Ajuste Estrutural (*pacote econômico desenhado pelo governo dos EEUU e multinacionais*), portadores de exclusão, marginalização social, fome, miséria, exploração, sofrimento e luto.

Desde 1985, ano em que foi instituída a Democracia de Pactos na Bolívia, os partidos políticos que se alternaram no poder aprovaram inúmeros instrumentos e normas, que “legalizaram” o saqueio dos recursos naturais, o terrorismo de Estado, o genocídio, a impunidade, a corrupção, o clientelismo, entre outros. Por outro lado, foram utilizados todos os mecanismos de Estado para perseguir, reprimir, massacrar e assassinar mulheres e homens patriotas, dirigentes sindicais e ativistas sociais, que lutavam pelo direito a uma vida digna.

As expressões políticas que se *autodeclaravam* de esquerda transformaram-se em cúmplices do saqueio dos recursos naturais, do dismantelamento do Estado Nacional, da eliminação das barreiras de proteção social, da demissão massiva de trabalhadores e trabalhadoras, da fragmentação do país e do envilecimento da política, traíndo o povo boliviano e demonstrando sua subordinação e servilismo aos desígnios neocoloniais.

Diante dessa situação, a partir do ano 2000 essa população deu um BASTA às elites da oligarquia, ao saqueio das suas riquezas naturais, ao genocídio e à corrupção institucionalizada. Assim, emergiram os movimentos sociais, para que desde as ruas e estradas do país pudessem ouvir a sua voz e iniciar o caminho da articulação de novas alternativas *inclusivas, soberanas e libertárias*, na perspectiva da construção de um futuro com dignidade, *trabalho e soberania nacional*.

Os movimentos sociais² são sistemas organizativos de participação social, de elaboração de discursos identitários e de formulação de propostas capazes de afetar as estruturas institucionais dos Estados. Nessa perspectiva, podem ser vistos como atores coletivos plurais conformados por uma variedade de organizações dotadas de interesses particulares, voltadas a definir objetivos comuns, mudanças sociais, culturais ou políticas que possibilitem o reconhecimento dos seus interesses.

Dessa forma, tais movimentos podem ter como oponentes e destinatários das suas reivindicações um grupo particular, como, por exemplo, o empresariado, os banqueiros, ou determinados valores, como, por exemplo, o “machismo”. Porém, quando têm como objetos de suas exigências às autoridades políticas do Estado a promoção de mudanças em determinadas políticas públicas, constituem-se em movimentos com dimensão política. Aqui é possível diferenciar os movimentos sociopolíticos reivindicativos, que objetivam modificar aspectos pontuais da normativa estatal, e os sociopolíticos estruturais, que buscam assumir o controle do

2 Atores que se constituem em contato direto com as questões mais candentes da arena econômica, social e política, os movimentos sociais captam com sensibilidade apurada as contradições da realidade social, econômica e política. Embora não isentos de fragilidades e ambigüidades, atuam no epicentro das grandes tensões e das lutas decisivas que modulam tempos e processos históricos. Surpreendentes, despontam em diversos espaços e sinalizam novos projetos de sociedade.

Estado e promovem uma nova ordem estatal. Este último é vivenciado pela experiência dos movimentos sociais da Bolívia e se expressa pela vitória de Evo Morales (MAMANI RAMIREZ, 2004; LINERA, 2006).

Para Ramires (2004), os movimentos sociais na Bolívia teriam sido abordados a partir de distintas análises: nos anos sessenta, das ideologias de massa; nos anos setenta, dos questionamentos a essa perspectiva e das propostas de análise da mobilização de recursos; entre 1975 e 1980, da prevalência da proposta de análise das identidades como referência importante para o entendimento dos movimentos sociais.

Com base nas perspectivas de análise do paradigma da identidade e da mobilização de recursos, o referido autor observa que na Bolívia os movimentos indígenas mobilizam recursos e identidades socioculturais como referência de suas ações coletivas, destacando a produção de significados ou símbolos, bem como a estrutura e organização das ações coletivas.

Nessas dimensões entrariam em cena, e na prática, os discursos, imagens e sentidos de pertinência social. Isso quer dizer que os movimentos sociais são profundos criadores daquilo que Ramires chama de um corpo de símbolos e recursos, com os quais criam e dão sentido a suas demandas sociais. Por isso, na Bolívia, esses movimentos teriam trazido à tona, a partir de 1980, um conjunto de símbolos do poder indígena: a *wiphala* multiquadrícula (bandeira indígena),³ os ponchos roxos ou verdes (vestimenta das autoridades), a folha de coca, a *pollera* (saia) e os *awayus* multicoloridos (peça têxtil tradicional das mulheres indígenas), sombreiros e a *q'uarwa* (“arma” indígena). Esses seriam os símbolos da identidade indígena coletiva e dos movimentos sociais.

Os símbolos e suas práticas constituem-se em fontes fundamentais para a mobilização dos recursos estratégicos da ação coletiva⁴. Nessa inter-relação, haveria uma complementaridade e correspondência entre os símbolos do poder, a identidade e as estratégias de ação coletiva, que, portanto, representam ações planejadas conscientemente com a finalidade de alcançar demandas concretas, acompanhadas de consensos e sentidos tácitos de pertença cultural e identidade coletiva.

Assim, a mobilização dos recursos e a mobilização dos símbolos do poder indígena são consideradas definidores das identidades e estratégias de ação coletiva beligerante, que se manifesta nos bloqueios de estradas⁵, nos enfrentamentos com

3 Bandeira indígena dos Andes que rende homenagem à diversidade do mundo. Segundo a tradição, trata-se de uma bandeira nascida do encontro do arco-íris fêmea com o arco-íris macho. E este arco-íris da terra, que na língua nativa é chamado de tecido de sangue que flameja, tem mais cores que o arco-íris do céu. A *wiphala* não pode faltar em nenhuma marcha de protesto.

4 Os recursos mobilizam-se junto com os símbolos e identidades com objetivos precisos, como, por exemplo, o atendimento às demandas sociais. Para tanto são ativadas estratégias de luta com as forças internas do movimento social. O lugar específico da mobilização dos recursos são os bloqueios de estradas, a tomada de espaços físicos do poder estatal, as marchas em direção aos centros de poder político etc.

5 O bloqueio de estradas é uma técnica de luta que consiste em ocupar territórios mediante a mobilização de redes comunitárias.

as forças armadas do Estado, na tomada de espaços físicos do poder do Estado, na marchas, nas mobilizações etc.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais constroem e reconstróem permanentemente seus símbolos, discursos e identidades em forma de repertórios. É uma reconstrução definida como experiências acumuladas, que Ramires e Steinberg (1999) e Tilly (2000) chamam de “os repertórios de ação”, nos quais a experiência de lutas sociais (tanto do passado como do presente) transforma-se em referências a uma memória social.

Por isso a encenação dos símbolos indígenas, na Bolívia, é importante. Nos levantamentos indígenas de 2000, 2001 e de 2003 tem-se manifestado e evidenciado o jogo de poder dos símbolos. Evo Morales, líder do movimento *cocalero no Chapare*, expressa-os com a imagem e a identidade indígena, afirmando “nós somos os Aymaras, Qhichwa e Tupi-Guaranis”. Felipe Quispe, o Mallku⁶ ligado aos levantamentos Aymaras do Altiplano Norte de La Paz, também afirma QUE “o Aymara é um povo rebelde”. Esses líderes colocam em cena e enfatizam a identidade, a memória indígena e os símbolos de poder Aymara ou Qhichwa como referências de força das ações coletivas dos grandes levantamentos, como o de *Tupaj Katari*.

Dessa forma, são mobilizadas as estruturas de organização, os sistemas de legitimidade das autoridades indígenas e qualquer recurso útil, como o próprio parlamento onde se denuncia a violenta repressão do governo. Assim, os novos movimentos sociais produzem e reproduzem símbolos de poder e um emaranhado de imagens e memórias como referentes a novas lutas políticas, culturais e morais.

Nesses movimentos, lançam mão de objetos, como a dinamite, velhas armas da guerra *del Chaco*, “hondas” etc., cuja utilização é pensada e planejada com a finalidade de enfrentar a repressão militar e policial. Nessa relação, “todos” de algum modo colocam seus próprios meios para que se transformem em meios de “todos”, sendo cuidado por todos, já que são como se fossem de todos.

Para Mamani Ramires, a identidade dos movimentos sociais tem sua particular importância, da mesma forma que a mobilização de recursos: aquela é essa capacidade de definir-se a si mesma e aos outros; esta é um mecanismo estratégico para alcançar determinados fins, mediados pela memória e pelos lugares que a encarnam. Logo, é importante considerar o jogo de poder dos símbolos e os recursos como fontes e referências diretas às ações coletivas, pois estes definem sentidos e ações nos movimentos sociais.

6 Chefe, cacique.

Movimento indígena na Bolívia

O movimento indígena na Bolívia não é novo e historicamente tem estado presente em grandes lutas. Dentre as mais destacadas, houve a insurreição Aymara, de 1780, plena época colonial, dirigida pelo cacique Aymara Tupaj Katari e perseguindo a reconstituição da sociedade como era antes da Colônia. Uma outra ocorreu na época republicana, entre 1899 e 1900, conduzida pelo cacique Pablo Zárate Wilka. Essas duas grandes insurreições, entre outras, constituem referências que marcam a memória do movimento indígena contemporâneo.

Mais recentemente, com a revolução nacional de 1952, foram feitas grandes reformas, dentre as quais, a reforma agrária, a instauração da educação gratuita e obrigatória e o direito à participação política dos indígenas mediante o voto universal. Por causa disso, durante algumas décadas, parecia haver se perdido a memória de Katari e Wilka. Muitos chegaram a apostar no projeto nacionalizador-homogêneo, que prometia, entre outras coisas, a “libertação do índio”. No entanto, a partir dos anos setenta, como fruto da traição da revolução nacional, surgiram importantes lideranças indígenas que questionaram a situação existente e denunciaram o Estado-Nação como uma estrutura reprodutora do processo de segregação e exclusão dos indígenas, constituindo uma sociedade hierarquizada em função da raça. Os primeiros a fazer essas denúncias foram os líderes Aymaras Felipe Quispe e Evo Morales. Assim, para Patzi Paco (2006), desde os anos setenta teve início um processo de acumulação de forças que seguiu dois esquemas ou propostas:

1. Um esquema que diagnosticava e criticava a realidade social hierarquizada com base no elemento da raça, em cuja perspectiva a única maneira de se solucionar a diferenciação social era por meio da ocupação dos espaços de poder existentes, da participação da democracia já constituída, além da introdução nos espaços institucionais de hierarquias, ou seja, de acordo com Gramsci, “ocupar posições” dentro do Estado. Essa tendência derivou de uma posição denominada pluri-multi⁷, porque sustentava a multiculturalidade e a pluralidade, sem criticar a hierarquia entre cultura e nações dominantes e dominadas. Essa postura predominou durante muitos anos.

2. A proposta de Felipe Quispe partiu da afirmação de que Katari e Willka não foram constitucionalistas nem reformadores do Estado colonial e que a única maneira de se conseguir a libertação indígena seria através da reconstituição da sociedade *Kollasuyo*⁸. Essa posição seria fruto de um diagnóstico da realidade boliviana: uma Bolívia colono-mestiça, que seria a nação dominante, expressando a cultura

7 No Artigo 1º da Constituição Política do Estado (CPE), reconhece-se o caráter “pluricultural e multiétnico” do país, e, no plano pedagógico, assegura-se o caráter “intercultural bilíngüe” da educação boliviana.

8 Uma das quatro regiões que conformaram o Tawantinsuyo (Chinchasuyo, Kollasuyo, Contisuyo Antisuyo). Corresponde ao atual território da Bolívia.

legítima das elites; e a outra, a Bolívia indígena, majoritária, despojada do poder, privada de recursos e submetida à exclusão social. Essa acepção foi conhecida durante alguns anos como a “autodeterminista”, pois pretendia o direito à plena autodeterminação das nações indígenas. Assim, não apenas propunha uma autonomia de regiões ou territórios indígenas, como também a substituição do projeto de Estado-Nação que havia se consolidado na Bolívia desde os anos cinquenta.

Durante os anos noventa essa discussão, com determinadas estratégias de apropriação do conhecimento das Universidades Públicas, se aprofunda⁹ e surgem três forças indígenas no território boliviano: uma é constituída pelo movimento cocalero de Cochabamba dirigido por Evo Morales e que tem transitado da condição de movimento social para um partido político eleitoral: o Movimento ao Socialismo (MAS).

Outra força social indígena centrada no povo Aymara é representada por Felipe Quispe, que tem um projeto social antagônico ao modelo liberal, tanto no aspecto político como no relativo ao modelo econômico.

A terceira força indígena é muito particular e constituída por uma significativa quantidade de etnias (42), que, porém, demograficamente, constitui uma minoria (5% do total da população boliviana). Todos esses grupos humanos estão localizados nas partes baixas do Oriente do país e não têm tanta força como o dos cocaleros e Aymaras.

Durante todos esses anos, a instância principal de aglutinação desses movimentos indígenas foi a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), que desempenhou papel importante na organização daqueles e dos movimentos sociais.

De fato, a partir de 2000, a Bolívia vivencia um ressurgimento do movimento social, particularmente o indígena. Após o desmantelamento do movimento operário nos anos oitenta, os indígenas, tanto os Aymaras, quanto os Cocaleros, sob a liderança de Evo Morales e de Felipe Quispe, passaram a ser o setor social com maior força de mobilização e pressão social.

Esse protagonismo dos movimentos sociais indígenas deu-se em três dimensões: como força de mobilização, como construção de instituições e como consolidação de crenças. Isso gerou uma crise estatal, que foi basicamente produto de dois fatores: dos limites financeiros do modelo neoliberal e, sobretudo, da existência de fortes e vigorosos movimentos sociais regionais com ampla capacidade de paralisar o país, gerando discursos alternativos e constituindo sistemas institucionais alternativos aos vigentes.

9 Para Linera (2006), são os movimentos sociais que visualizaram uma série de carências e falácias da estrutura social, e são os próprios líderes sociais, a partir de uma intelectualidade formada nos últimos vinte anos na Universidade Pública, que estão construindo discursos mais sistemáticos e propositivos da transformação social na Bolívia. Essa preocupação com a formação intelectual dos indígenas já estava presente na experiência da escola de Warisata. Ver anexo.

Com efeito, no altiplano Aymara e no Chapare, as comunidades agrárias e as federações sindicais vem substituindo literalmente o Estado, tanto nas funções reguladoras e coercitivas, como nas funções de administração do poder público. Assim, no atual processo de reconstituição dos movimentos sociais, as forças de ação coletivas mais compactas, influentes e dirigentes são indígenas, entendidas como uma comunidade cultural diferenciada, um projeto político.

A diferença entre o que sucedeu nos anos trinta do Século XX, quando os movimentos sociais foram articulados em torno do socialismo operário, para o que ocorre hoje, é que os movimentos sociais com maior poder de interpelação ao ordenamento político são de base indígena, emergentes das zonas agrárias marginalizadas pelos processos de modernização econômica impulsionados pelo Estado.

O Estado Boliviano, em qualquer uma de suas reformas, tem se caracterizado pelo não reconhecimento dos índios como sujeitos coletivos com prerrogativas governamentais. Hoje, de acordo com Linera (2003), o fato de os índios aparecerem, de maneira autônoma, como principal força de pressão social e política coloca em questão a qualidade estatal, herdada da época colonial, isto é, de concentrar a definição e o controle do capital em blocos sociais culturalmente homogêneos e diferenciados das distintas comunidades culturais indígenas que existiram antes da própria existência do país boliviano.

Início da mudança

A partir da revolução Nacional de 1952, a Bolívia foi conhecida por suas riquezas minerais, exploradas pela empresa estatal Corporación Minera de Bolívia (COMIBOL) e pelo vigor dos movimentos dos trabalhadores mineiros considerados sujeitos político-sociais, principalmente desde os anos quarenta. Mas essa Bolívia começou a evaporar em 1985, quando o ex-Presidente Víctor Paz Estenssoro retornou ao poder e começou a escrever o epílogo da Revolução de 52, que havia sido encabeçada por ele, durante muito tempo o próprio símbolo dessa luta. A essa altura, o velho caudilho já havia mudado da Revolução Nacional para a “revolução conservadora”, inspirada no “*there is no alternative*” (não há alternativa), da conservadora Margaret Thatcher, a “dama de ferro”. E por coincidências da história, tanto a primeira ministra britânica quanto o ex-nacionalista revolucionário boliviano tiveram de vencer o mesmo inimigo de suas contra-reformas: os trabalhadores mineiros.

Como conseqüência das políticas de privatização de Estenssoro (em 1986), milhares de mineiros perderam sua fonte de trabalho e acabaram migrando para cidades como El Alto (vizinha de La Paz) e El Chapare, em Cochabamba, para trabalhar com o cultivo de coca. No novo *habitat*, muitos abandonaram suas antigas tradições e apostaram em pequenos negócios familiares, mas outros “reinvestiram” seu “capital militante” em novos tipos de organizações: juntas de vizinhos na cidade

de El Alto e sindicatos de cultivadores de coca em El Chapare. Para historiadores e analistas políticos bolivianos, não há dúvidas de que esses trabalhadores mineiros transmitiram, para essas organizações, a experiência acumulada do setor mais politizado do mundo popular boliviano (LINERA, 2003; CAMARGO, 2006).

A transmissão dessa experiência teve que aguardar mais de uma década para que surgissem ou fossem recuperadas formas alternativas de organização, ação e construção de identidades coletivas. Diante disso, aos poucos, as tradições de resistência, oposição e luta que caracterizaram o movimento popular boliviano “renasceram” de suas cinzas, com uma importante carga de renovação e um crescente protagonismo das organizações indígena-camponesas.

Uma das primeiras manifestações dessa reconfiguração das forças populares foi a mobilização dos cidadãos de Cochabamba contra o aumento das tarifas de água (300%) por parte da empresa de Águas Del Tunari, controlada pela transnacional Bechtel. Nesse movimento, que ficou conhecido como a “guerra da água”, entrou em ação uma nova forma de agregação social flexível e multisetorial: a Coordenadoria de Defesa da Água e da Vida, liderada pelo dirigente operário Oscar Oliveira. Nessa experiência, por um lado, conseguia-se superar o estado de precariedade organizativa e simbólica derivada da crise da Central Obrera Boliviana (COB) – tradicional articuladora de demandas sociais – e, por outro, começava-se a colocar em circulação a discussão sobre o significado do patrimônio público e dos recursos sociais coletivos diante da onda privatizadora dos governos neoliberais. Um dado não menos importante: “a guerra da água” foi a primeira vitória popular significativa depois de um ciclo de derrotas que durou pouco mais de quinze anos, a qual aconteceu graças à aliança entre o campo e a cidade. Nela, um setor e um líder tiveram um papel importante e, poucos anos depois, transformar-se-iam em atores da mudança política e social no país: os cocaleros, encabeçados por Evo Morales Ayma (MONTROYA VILLA; ROJAS GARCIA, 2003).

À “guerra da água” seguiu-se um ciclo de mobilizações baseadas nos bloqueios de estradas e executadas pelos indígenas Aymaras, colocando em ação um impressionante maquinário comunitário-militar que culminou com o cerco à cidade de La Paz, sede do Governo Nacional e capital do país. Dessa forma, materializava-se a revitalização das estruturas comunitárias, próprias das nações andinas, e do discurso étnico-nacional indígena, com uma interpelação de afirmação étnica herdeira do ideário indianista Katarista dos anos setenta e operada, desde muito tempo, sob a liderança de Felipe Quispe Huanca como secretário executivo da CSUTCB.

Os bloqueios de 2000 e 2001 mostraram a capacidade dos Aymaras para expulsar o poder estatal das comunidades e substituí-lo por um complexo sistema de autoridades comunais (cabildos¹⁰, assembléias, comitês de bloqueio, entre outros),

10 Na colônia foi um organismo representativo da comunidade com jurisdição sobre o seu território. Organizava reuniões públicas e privadas.

e, para enfrentar as forças armadas do Estado, transferiram as formas tradicionais do trabalho comunal (turnos, trabalho coletivo) ao âmbito guerreiro. Diante disso, emergiu o Quartel-Ggeneral de Kalachaka como o Estado Maior das Forças Aymaras mobilizadas. Em vários povos do altiplano a polícia foi expulsa e substituída, temporariamente, por “polícias sindicais” (DURAN CHOQUE, 2006).

Paralelamente, emergiu e expandiu-se um conjunto de discursos sobre a descolonização do Estado, a auto-representação indígena-popular e a nacionalização dos recursos naturais. A demanda nacionalizadora não apenas marcou com uma enorme potência o ritmo político desde 2003, mas, ao denunciar o caráter “entre-guista” das elites nativas, recuperou uma narrativa nacionalista que começou com os militares “socialistas” e nacionalistas dos anos trinta e quarenta (German Busch, David Toro e Gualberto Villaruel), passando pela Revolução de 52 e com o novo ciclo de militares nacionalistas nos anos setenta (Alfredo Ovando e Juan José Torres). No entanto, não se trata, agora, do nacionalismo que tinha a mestiçagem como horizonte, mas sim de um novo nacionalismo, que planeja uma “unidade na diversidade” e identifica os indígenas como os melhores defensores da nação.

Assim sendo, os movimentos sociais começam a desconstrução do chão político pavimentado pelo conjunto de partidos políticos que, desde 1985, encontraram na “democracia pactuada” a superestrutura política que durante uma década e meia assegurou uma estabilidade político-institucional conservadora e antinacional. Para tanto, será necessário criar um instrumento político que possibilite o enfrentamento e as disputas eleitorais com essas forças conservadoras.

Instrumento político para o movimento indígena

Em uma Assembléia dos Povos Originários, em 12 de Outubro de 1992, considerada “o ato de nascimento do movimento campesino indígena como sujeito político”, foi debatida a denominada “Tese do instrumento político”, uma proposta elaborada no seio da CSUTCB e defendida pelos cultivadores de coca, a qual consistia em organizar um “braço político” dos sindicatos camponeses¹¹. Nessa Assembléia, os herdeiros do Katarismo, em oposição a essa tese, lutavam em favor da “autodeterminação dos povos”, isto é, do retorno ao *ayllu* (estruturas comunais tradicionais) como espaço de autonomia diante do “estado colonial” (DURAN CHOQUE, 2006).

O movimento cocalero foi um dos primeiros a tentar ampliar e ler a ação política em duas dimensões: a assentada tanto nas práticas sindicais como nas comunitárias herdadas do mundo andino, principalmente dos Aymara, e da tradição da luta dos mineiros, e a estabelecida na organização moderna em partido político.

11 Durante a assembléia, o único ponto de consenso, entre os participantes, foi o reconhecimento das limitações da forma sindicato para enfrentar os desafios do movimento popular.

Pode-se dizer que tal movimento, enquanto movimento social, é o primeiro que experimentou a possibilidade de construir braços políticos eleitorais para participar do sistema político formal.

Unificado em sindicatos organizados em torno da posse da terra e da defesa da produção da folha de coca, o movimento cocalero do Chapare teve uma composição cultural variável e experimentou, até o final dos anos oitenta, um interessante processo de politização. Em primeiro lugar, os cocaleros resgataram, a seu modo, o discurso indianista do movimento Aymara, vinculando-o com o cultivo da folha de coca, reivindicando os circuitos tradicionais e ancestrais da cultura andina e empreendendo de maneira simultânea processos de reorganização sindical e política. O sindicalismo da categoria articula o corporativismo das comunidades andinas do Altiplano com a disciplina organizacional própria do movimento sindical dos mineiros, havendo muitos destes migrado para a zona do Chapare durante a década de oitenta e contribuído para proporcionar, ao sindicalismo daqueles, sua dimensão organizativa e discursiva radical. Fruto desse processo, posteriormente, a tese do instrumento político, com Evo Morales, deu lugar ao Movimento ao Socialismo (MAS).

O ideário do MAS articulou o indianismo katarista com o Marxismo e o nacionalismo revolucionário. A menção do Marxismo como um desses eixos ideológicos tem principalmente o objetivo de ressaltar a dimensão classista do movimento indígena, destacando a sua condição de **camponês**. O denominado “marxismo mineiro”, junto a uma intelectualidade de origem marxista que acompanhou a criação do “instrumento político”, teve certa influência nesse movimento.

O sujeito político, para o MAS, não é a classe, mas sim o povo – não no sentido marxista –, não um povo hegemônico por uma classe, mas sim um povo que se constrói como instrumento das demandas daqueles que se opõem à oligarquia através de uma série de alianças de classes (STEFANONI; DO ALTO, 2006).

Para o MAS, desde o seu nascimento, o núcleo duro de seu discurso é a rejeição ao neoliberalismo, entendido como a recuperação do controle estatal de áreas estratégicas da economia, como os recursos naturais e os serviços públicos. Trata-se, de uma esquerda “reformista”, que busca um processo de “descolonização do poder” e da renacionalização da economia e do Estado (entendido como instrumento a serviço de interesses estrangeiros).

Por outro lado, desde a bem-sucedida participação eleitoral de 2002 (segundo lugar para presidente da república e um número significativo de parlamentares), o MAS incorporou, de maneira enfática, a defesa da democracia representativa a seu horizonte discursivo, retomando a idéia de que essa foi uma “conquista popular”, sendo agora o caso de se refundar o país incorporando àqueles que não participaram da fundação da Bolívia, ou seja, trata-se do aprofundamento da democracia e da sua nacionalização efetiva.

Para Stefanoni e Do Alto (2006), os elementos que estruturaram as “oportunidades políticas” das quais se beneficiou Evo Morales, esquematicamente, seriam:

- a) A Reinvenção de uma narrativa de corte étnico que retoma a tese do colonialismo interno;
- b) A crescente submissão do Estado boliviano aos ditames da Embaixada dos Estados Unidos – especialmente na questão da erradicação da coca –, instaurando um clima antiimperialista e sensibilizando, transversalmente, diferentes setores da sociedade;
- c) A rejeição aos partidos políticos tradicionais, comum a outras nações do continente;
- d) A perda da capacidade de articulação dos partidos governantes entre os diferentes grupos sociais;
- e) O espaço “vazio” deixado pela profunda crise das experiências de partidos neopopulistas;
- f) Os resultados políticos do Plano Dignidade, que aumentou a violência do conflito cocalero e golpeou duramente a economia do Chapare, com um efeito multiplicador negativo sobre toda a região cochabambina;
- g) A Lei de Participação Popular e a introdução de dispositivos eleitorais que permitiram ao movimento camponês participar de vários governos municipais, especialmente na região cocalera de Cochabamba, bem como participar de cargos legislativos nacionais;
- h) E *last but not least*, a irrupção democrática dos movimentos sociais, cujas expressões iniciais foram a “guerra da água” em Cochabamba, em Abril de 2000, e o ciclo de bloqueios Aymaras do altiplano.

A partir desse conjunto de elementos, o MAS e Evo Morales passaram a contribuir na organização de uma força capaz de articular tanto a esquerda como os movimentos sociais e de fazer do “campo popular” um possível vencedor depois da *débâcle* da esquerda, provocada pelo fracasso governamental da Unidade Democrática Popular em 1985.

Assim, em 2002, Evo Morales procurou um candidato para a vice-presidência capaz de potencializar a votação do MAS nas cidades. O eleito foi o intelectual e ex-guerrilheiro Álvaro García Linera, que, depois de ser preso por sua participação na guerrilha do Exército Guerrilheiro Tupaj Katari (EGTK), manteve fortes vínculos com o movimento indígena e camponês, impulsionando a unidade operária, camponesa, indígena e intelectual.

O programa do MAS retomava algumas das mais importantes reivindicações dos movimentos sociais, ou seja, a convocação de uma Assembléia Constituinte “refundadora”, a nacionalização dos hidrocarbonetos, a defesa do cultivo e industrialização da folha de coca e a afirmação da soberania boliviana diante das pressões dos EEUU.

Aproveitando o clima de descontentamento social e de rejeição a uma classe política conhecida como “vende pátria”, o MAS – IPSP e Evo Morales ganharam a batalha pela mudança, deixando os adversários do lado do continuísmo¹², e, em dezembro de 2005, conquistaram o governo boliviano. Os 53,7% dos votos proporcionados pelo povo boliviano¹³ representaram uma derrota “intelectual e moral” não apenas para Quiroga (candidato derrotado), mas também para as elites neoliberais que dirigiram o país desde 1985 e que pretendiam conservar o poder com novas siglas e “novos” programas¹⁴.

Para o vice-presidente eleito, a vitória de Morales representa o início de uma revolução democrática e um sinal para a América Latina e para o mundo que aposta na mudança do país, a ser feita de maneira estrutural, em cumprimento ao mandato do povo. Isso porque, desde a recuperação da democracia, em 1982, nenhum presidente havia ocupado o Palácio de Governo com o apoio da força do voto popular, sem recorrer a duvidosos pactos políticos.

Entretanto, a esquerda que hoje está no governo não é a esquerda tradicional, de raiz marxista, mas sim um conjunto de movimentos sociais e sindicais com ritmos, culturas, políticas e objetivos que nem sempre coincidem ou são fáceis de se articular com ideologias mais amplas e pragmáticas que conservam referências nacionalistas revolucionárias. Ao mesmo tempo, incorporam um componente ético-cultural quase não existente na esquerda clássica. Como aponta Patzi Paco (2006), não são os partidos que se inserem no movimento social para com ele se articular, como tradicionalmente acontecia; ao contrário, emergem desses movimentos em um processo de expansão que vai do campo para a cidade.

Trata-se de uma esquerda *sui generis*, com escassa base doutrinária, que combina, de maneira mais ou menos articulada, elementos do discurso nacionalista revolucionário dos anos cinquenta e do Katarismo dos anos setenta, que estruturava seu discurso sob a base da denúncia do “colonialismo interno” instaurado no país depois da sua independência.

Contudo, desde os primeiros dias de governo, Evo Morales acudiu a uma série de ações simbólicas para marcar uma fronteira política com o passado “neoliberal” e

12 Nos últimos tempos, a Bolívia viveu em permanente estado de insurreição popular. Esse processo de contínuos levantes deixou dezenas de mortos, culminou com a guerra do gás e a deposição de dois presidentes: Sanches de Lozada e García Mesa.

13 A avalanche de votos não pode ser explicada sem se considerar o ciclo de acumulação política operada nos últimos quinhentos anos. A ascensão social começou com a expulsão de Cochabamba da empresa de águas Bechtel, em 2000, e com os bloqueios Aymaras, de 2000 e 2001. Estes foram acompanhados das idéias propulsoras acerca das políticas de mercado, que substituíram as bandeiras emergentes da Revolução Nacional de 1952 por outra que estava mais de acordo com os ventos do Estado Mínimo, em vigor desde meados dos anos 80.

14 Para Eduardo Galeano, em 22 de janeiro de 2002, Evo foi expulso do parlamento boliviano. Em 22 de janeiro do ano 2006, exatos quatro anos depois, nesse mesmo lugar, Morales foi consagrado presidente da Bolívia. Ou seja, a Bolívia começa a tomar conhecimento de que é um país com maioria indígena. Quando ocorreu a expulsão, um deputado índio era muito raro. Quatro anos depois, eram muitos os legisladores mascarando coca, milenar costume que estava proibido no sagrado recinto parlamentar. Muito antes da expulsão de Evo, os indígenas já haviam sido expulsos da nação oficial. Não eram filhos da Bolívia, eram apenas sua mão-de-obra. Até pouco mais de meio século atrás, os índios não podiam votar nem caminhar pelas calçadas das cidades.

“neocolonial”. Nessa linha, começou sua gestão com a composição de um gabinete ministerial carregado de sinais políticos em vários sentidos. Para o estratégico Ministério de Hidrocarbonetos, foi nomeado o tradicional combatente nacionalista e crítico das empresas petrolíferas Andrés Soliz Rada¹⁵; Para o Ministério das Relações Exteriores, o indianista David Choquehuanca; para a Justiça – contra o corporativismo dos advogados –, foi designada a ex-empregada doméstica Casimira Rodrigues. A cota de Santa Cruz (terra das elites oligárquicas) foi para dois críticos do comitê cívico e das elites regionais: o “milionário de esquerda” Salvador Ric Riera, em Obras e Serviços Públicos, e o ativista camponês Hugo Salvatierra, no Ministério de Assuntos Campesinos. Outros ministros foram designados com critérios “corporativos”: o operário Alex Galves Mamani, para o Ministério do Trabalho, e Abel Mamani, para o recente Ministério das Águas, ex-líder da famosa e guerreira Federação de Juntas de Vizinhos da Cidade de El Alto, organização que encabeçou as lutas sociais pela expulsão da empresa Águas de Illimani, subsidiária da francesa Suez. O Ministério da Educação ficou nas mãos do sociólogo Aymara Felix Patzi. Outras figuras que “romperam esquemas” foram o ex-dirigente cocalero Felipe Cáceres, designado para a Defesa Social (a cargo da luta contra o narcotráfico), e a ex-senadora do MAS Alice Muños, para o Ministério de Governo, sendo a primeira mulher a exercer a chefia das forças policiais.

Assim, a Bolívia, pela primeira vez na sua história, têm um gabinete ministerial que, além de refletir a participação dos movimentos sociais, expressa o conjunto de demandas de mudança e de transformação da política boliviana.

No entanto, esses “gestos” não podem ocultar a escassez de quadros no novo governo, produto da forma organizativa *sui generis* da nova esquerda boliviana, surgida das escolas do sindicalismo camponês. A relação entre o MAS e os intelectuais tem sido, desde o princípio, sinuosa, instrumental e mais próxima à figura do assessor que do “intelectual orgânico” gramsciano. Na ausência de estruturas institucionais que permitam articular os “técnicos” com as organizações sociais, essa tarefa recai na liderança do próprio Evo Morales, que coerentemente considera suas instituições tanto ou mais válidas do que as sofisticadas análises intelectuais (STEFANONI; DO ALTO, 2006).

A história recente parece dar-lhe razão: a estratégia que o levou ao Palácio de Governo não foi uma elaboração teórica, mas sim uma sucessão de decisões guiadas pela “razão prática” adquirida nas trincheiras do sindicalismo camponês. Em todo caso, um dos desafios da esquerda indígena é transformar essas instituições em uma eficaz gestão de governo, com capacidade para transformar as condições materiais de vida dos bolivianos, principal demanda da sociedade.

A fragmentação atual dos movimentos sociais – e a inexistência de um partido ou qualquer outra forma de institucionalização do instrumento político – está po-

15 Solís Rada pediu demissão do cargo de Ministro, atualmente ocupado pelo intelectual economista Carlos Villegas.

tencializando um modelo ultracentralizado na tomada de decisões do Presidente da República, dentro de um esquema de “consultas” do governo com as cúpulas das organizações sócias e sindicais, que não poucas vezes reproduzem formas clientelistas da política e estão longe da imagem idealizada promovida por alguns teóricos que têm transformado os movimentos sociais no lado “bom” de uma fronteira que separa o político (impuro) do social (puro).

Para Garcia Linera (2006, p. 12), a centralização das decisões não necessariamente é negativa, pois “o problema não é a concentração de poder no Executivo, mas sim que essa não venha acompanhada de dinamismo suficiente dos movimentos sociais. A concentração das decisões no Executivo, com impulso social é uma fonte de transformação acelerada do Estado”.

O programa de governo do MAS é centrado basicamente na reconstrução de um “Estado Forte” como motor do desenvolvimento capitalista capaz de absorver a informalidade vigente. García Linera tem repetido em várias ocasiões que a erosão das economias indígena-comunais e o desmoronamento (material e simbólico) da velha classe operária boliviana têm inviabilizado um projeto socialista ou pós-capitalista.

Tanto o socialismo “comunitário” como o “científico”, ou a articulação entre ambos, que promove o “indianismo marxista” teorizado pelo próprio García Linera, teriam ficado sem “sujeitos” suficientemente poderosos para levá-los adiante. Isso porque:

[...] nos próximos cinquenta ou cem anos, a Bolívia seguirá sendo capitalista. As estruturas materiais das últimas insurreições sociais foram as economias familiares e não haveria, hoje, uma revolução socialista em uma nação de pequenos produtores informais, essa seria uma das teses mais difundidas pelo atual vice-presidente (STEFANONI; DO ALTO, 2006).

Essa tese vem acompanhada de uma delimitação com o antigo “capitalismo de Estado” sob a forma de um projeto econômico-social denominado por Garcia Linera (2003) de “capitalismo andino-amazônico”. Nele, o processo de modernização não diria respeito ao fato de a economia moderna absorver a economia tradicional, mas sim de reconhecer que este pólo econômico seguiria vigente e deveria ser apoiado pelo Estado com a finalidade de se articular, “de maneira não subordinada”, ao pólo moderno da economia dual que caracteriza a Bolívia:

Aí esta o papel do Estado forte que regula a expansão da economia industrial, extrai seus excedentes e os transfere para o âmbito comunitário para potencializar formas de auto-organização e desenvolvimento mercantil propriamente andino e amazônico [...] É uma falsa utopia pensar que todos se transformarão em empresários formais. Seguirão trabalhando em família e em economia doméstica pelos próximos cinquenta anos. A idéia é que tenham suporte econômico (artesanal e familiar) processos de bem-estar. É possível que a mobilidade social seja de pequena e média escala, mas com melhores condições de vida e produtividade (p. 12).

Para Stefanoni e Do Alto (2006), a maioria dos movimentos sociais bolivianos compartilhou com o MAS posições reformistas. A fronteira entre “moderados” e “radicais” é difusa e não se refere precisamente a um enfrentamento entre socialismo e capitalismo. Atualmente, nenhuma organização relevante na Bolívia levanta um programa de transformações socialistas, e as diferenças entre moderados e radicais estão relacionadas com a profundidade da nacionalização dos recursos naturais: os radicais propõem a estatização (uma versão radical do capitalismo do Estado) e os “moderados”, a continuidade dos investimentos estrangeiros sob o controle estatal.

Exatamente cem dias após a posse, o primeiro presidente indígena da Bolívia, Evo Morales, decretou a nacionalização da exploração de recursos naturais de hidrocarbonetos (petróleo e gás) do país, em resposta às reivindicações históricas dos movimentos populares.

O decreto simboliza a concretização de uma luta histórica do povo boliviano e a utilização dos recursos nacionais pelo seu próprio povo. Para o sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Emir Sader, a nacionalização simboliza uma vitória de todos os movimentos sociais da América Latina e indica um avanço importante no processo de integração regional.

Segundo Morales, a retomada do controle das jazidas de hidrocarbonetos pela Bolívia é o pilar central do desenvolvimento de seu povo, que registra um dos mais altos níveis de marginalização social e de concentração de renda do mundo.

Durante cinco séculos, os bolivianos sofreram a sangria de seus recursos naturais não renováveis pelas potências coloniais e imperiais. Os minerais preciosos foram levados pela Europa para enriquecer suas nações e financiar suas guerras fratricidas. O estanho foi levado como matéria-prima para produtos industriais da Europa e dos EUA. Ficaram os buracos, a pobreza e o esquecimento.

O então presidente, com o apoio maciço da população, decretou a nacionalização dos campos e das refinarias estrangeiras na Bolívia. O que havia prometido, e já havia anunciado ao mundo inteiro, ele cumpriu. Hoje a riqueza natural boliviana está praticamente reduzida ao petróleo e ao gás natural. E, por obra e graça da atividade predatória dos países ricos, a Bolívia é hoje o país mais empobrecido da América do Sul.

Por isso, nos últimos tempos, a Bolívia viveu em permanente estado de insurreição popular em defesa dos seus recursos naturais. Esse processo de contínuos levantes deixou dezenas de mortos e culminou com a guerra do gás. Para Eduardo Galeano, com o gás boliviano repetia-se uma antiga história de tesouros roubados desde o século dezesseis, “a prata de Potosí deixou uma montanha vazia, o salitre da costa do Pacífico deixou um mapa sem mar, o estanho de Ouro deixou uma multidão de viúvas” (GALEANO, Eduardo. Discurso na posse de Evo Morales: In: www.aporrea.org/internacionales/a19105.html, Consulta em 20/04/2007).

A vitória eleitoral de Morales foi significativa e é comprometida com a emancipação do povo que o elegeu. A nacionalização de seus recursos naturais precisa ser entendida como cumprimento de promessas, uma ação simbólica que visa mostrar ao povo e ao mundo que a Bolívia vai recuperar o controle sobre seu próprio destino e vai ter seu próprio projeto de desenvolvimento.

O presidente mostra firmeza ao cumprir sua promessa de campanha, reavendo o controle sobre os recursos naturais do seu país; dá seguimento às lutas dos movimentos sociais pela reconquista do controle sobre suas águas e ao seu compromisso de convocar uma Assembléia Constituinte e nacionalizar os combustíveis fósseis bolivianos. A negociação com as empresas afetadas está certamente na sua agenda. Morales insiste que não houve nem haverá confisco, mas sim uma sociedade com parceiros de outros países, tendo em vista o projeto de uma Bolívia das bolivianas e dos bolivianos.

Para Atílio Boron (www.radiolaprimerisima.com/articulos/150, consulta 20 de abril de 2007) o sucesso dessas iniciativas desenvolve-se em um terreno que transcende os limites do aparelho estatal:

Si las reformas contempladas en el programa del MAS son aplicadas ‘desde arriba’, como un mero proyecto estatal liderado por una tecnocracia bien intencionada y progresista pero sin que las mismas sean asumidas por los movimientos populares, sus resultados serán inciertos y precarios, y difícilmente sobrevivirán a la contra-ofensiva de la derecha, como lo prueba, sin ir más lejos, la propia historia de la revolución de 1952 en Bolivia. Por consiguiente, el éxito de estas reformas y la garantía de que ellas no terminarán en la vía muerta del reformismo socialdemócrata está dado por su correspondencia con un sistemático – y exitoso – esfuerzo dirigido, por una parte, a robustecer la capacidad de movilización y organización de las clases y capas populares y los movimientos sociales que las agrupan; y, por la otra, a elevar el nivel de conciencia política de las masas campesinas e indígenas, librando la indispensable ‘batalla de ideas’ requerida para resistir el terrorismo ideológico al que, junto con otras formas de terrorismo y sabotajes de diverso tipo, recurrirán las clases dominantes para abortar el proceso revolucionario.

Para o enfrentamento dessa situação, a estabilidade do governo de Evo Morales passa necessariamente pelo “empoderamento” dos movimentos sociais. Não será uma maioria parlamentar que lhe permitirá governar, embora possa ser necessária em determinadas situações, pois a direita não resolverá seus pleitos com o novo governo “parlamentarmente” e sim no interior da sociedade civil, no mercado e na arena internacional, ou seja, nas ruas. Para prevalecer nesse terreno, requerem-se movimentos sociais muito bem organizados, com comprovada capacidade de luta.

Foi por isso que os movimentos sociais como sujeitos e atores da transição histórica, no dia 17 de outubro de 2003, estabeleceram uma Agenda Política de

Prioridades: criar a Assembléa Nacional das Organizações e Movimentos Sociais, orientada a construir a unidade do povo boliviano, para exercer a defesa da soberania nacional e gerar as bases de construção do novo Estado e do novo País que se iniciou com a vitória de Evo Morales, em dezembro de 2005.

Para tanto, a Assembléa Nacional das Organizações e Movimentos Sociais define como objetivos específicos:

- Crear conciencia nacional sobre la necesidad de reapropiarnos de nuestros recursos naturales.
- Crear conciencia sobre la defensa de la soberanía nacional, en lo económico, político, social, cultural y militar.
- Crear conciencia sobre la demanda de autodeterminación de: naciones, pueblos indígenas y originarios, comunidades urbanas, e implantar la Democracia Directa.
- Elaboración de un nuevo mapa político-administrativo, con continuidad económica y territorial, que se corresponda con los criterios de autodeterminación.
- Establecer mecanismos de coordinación y conducción colectiva de las Organizaciones y Movimientos Sociales, que se constituyan en el soporte orgánico de nuestra unidad en la idea y la acción, en el proceso de emancipación de las garras del neocolonialismo.

Soberania o muerte

Finalmente, cabe aqui destacar que as expectativas levantadas pela vitória de Evo Morales não afetam apenas a maioria do povo boliviano, mas também a cidadania de toda a América Latina, por se acreditar que na Bolívia está se jogando parte do futuro de muitos países latino-americanos.

ANEXO

Warisata foi a maior experiência que a Bolívia produziu no campo da educação e foi a gestão que lutou pela libertação do índio. Apesar de sua breve vigência (de 1931 a 1940), estabeleceu verdades definitivas que não devem ser esquecidas. A principal delas: não se podia se educar o indígena sem se planejar ao mesmo tempo uma condição libertadora.

Esse princípio foi, de fato, uma proposição para a liquidação do regime feudal. Não se tratava de educar servos, mas sim de tirá-los de uma situação de violenta exploração e repressão. O desafio estava lançado e deu lugar a um movimento de massas que mexeu com o país, levando a mensagem de Warista até os confins da nação, às fronteiras, aos vales e até à selva. Não se queria induzir um levantamento geral, mas sim chegar à consciência histórica da revolução como o único caminho possível para a consolidação nacional. As jornadas de Abril de 1952 e a

Reforma Agrária, que os liberou do jugo feudal, não teriam sido possíveis sem essa transformação decisiva na mente do índio. A partir dessas concepções políticas, Warisata produziu uma verdadeira revolução no campo pedagógico: restaurou o antigo Parlamento Amauta, onde o índio recupera seu direito de falar e pensar, para desenhar o seu próprio destino, sem paternalismo, sem submissão, sem demagogia, sem prepotência e sem servilismos.

Warisata concebeu a forma suprema da educação para um país pobre: a escola do trabalho produtivo, que se auto-abastece pela oficina e pela terra e se estabelece como condição essencial à escola rural, sua natureza agrária. A escola sai de seu recinto, incorpora-se à sociedade, conduzindo-a e enriquecendo-a. É a escola “Ayllu¹⁶”, que implanta a escola única, a co-educação, a escola laica, a escola “marca”. Faz plástica, música, literatura, resgata a tradição cultural sem atá-la a tabus raciais, deixa o passado e passa para a modernidade.

O estado feudal não podia admitir uma escola que colocasse em risco sua permanência como regime. Assim, em 1940 começou o seu saqueamento e sua destruição com a cumplicidade do Estado, surgido em 1952. A servidão política substitui a servidão feudal; o AMAUTA é substituído pelo demagogo; o líder, pelo traficante sindical. A insensata política do novo Estado, abusiva, brutal e discriminatória afasta cada vez mais o índio das finalidades sociais pelas quais havia lutado com Warisata à frente. Acuada, o movimento índio é conduzido a posições raciais que colocam em risco o cumprimento de sua missão histórica.

O Estado é responsável por essa situação que ameaça a existência da nacionalidade. Todavia, o juízo da história haverá de ser severo não somente aos que não souberam governar, mas também aos que não tiveram capacidade para dar uma resposta revolucionária.

Referências

- DE LA GARZA TOLEDO, E. **Sindicatos y nuevos movimientos sociales em America Latina**. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005.
- DURAN CHOQUE, A. **MST: La tierra nuestra vida**. La Paz, Bolívia: Ed. Artes Gráficas Sagitário, 2005.
- GARCIA LINERA, A. La Crisis de Estado. **Tinkazos**. Revista Boliviana de Ciencias Sociales. La Paz, Bolívia, 2003.
- _____. Los Movimientos Indígenas em Bolivia. In: ESCÁRZAGA; GUTIERRES (Org.). **Movimiento indígena em América Latina: resistência y proyecto alternativo**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2006.

16 Organização baseada em relações étnicas e de parentesco social. Espaço de convivência recíproca com sentido de solidariedade, integração e construção comunitária.

- _____. Sindicato, multitud, Movimientos sociales y formas de autonomía política em Bolivia. **Tiempos de Rebelión**, La Paz, Bolivia: Muela de Diablo, 2005.
- MAMANI RAMIREZ, Pablo. **El Rugir de las Multitudes**. La Paz, Bolivia: Yachaywasi, 2004.
- _____. **Microgobiernos barriales**: Levantamiento de la ciudad de El Alto. La Paz, Bolivia: WA-GUI, 2003.
- MONTOYA VILLA; ROJAS GARCIA. **El Despertar de um Pueblo Oprimido**. La Paz, Bolivia: Illimani, 2004.
- NAVIA, Mônica. **Y todo comenzó de nuevo**: Memórias de Octubre de 2003. La Paz, Bolívia: Artes Gráfica Latina, 2004.
- PATZI PACO, F. Lás tendências em el movimiento indígena em Bolivia. In: ESCÁRZAGA; GUTIERRES (Org.). **Movimiento indígena em América Latina**: resistênciã y proyecto alternativo. México: Benemérita Universidad Autônoma de Puebla, 2006.
- QUISPE, Felipe. La lucha de los ayllus kataristas hoy. In: ESCÁRZAGA; GUTIERRES (Org.). **Movimiento indígena em América Latina**: resistênciã y proyecto alternativo. México: Benemérita Universidad Autônoma de Puebla, 2006.
- STEFANONI P; DO ALTO, H. **Evo Morales**: de la coca al Palácio - Uma oportunidad para la izquierda indígena. La Paz, Bolivia: Malatesta, 2006.
- JORDÃO DE CAMARGO, A. **Bolívia** – A Criação de um Novo País e a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales. Brasília, Distrito Federal: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
- STEINBERG, Marc W. **El rugir de la Multitud in Javier Auyerro**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1999.
- TILLY, CH. La Acción Colectiva. **Apuntes de Investigación**, Buenos Aires, n. 6, 2000.
- ZURITA, Leonida. La organización de lás mujeres cocaleras em el Chapare. In: ESCÁRZAGA; GUTIERRES (Org.). **Movimiento indígena em América Latina**: resistênciã y proyecto alternativo. México: Benemérita Universidad Autônoma de Puebla, 2006.

Recebido em:	19/12/2006
Aceite em:	16/02/2007

